PROJETO DE LEI Nº DE 2012.
(da Sra. Andréia Zito)

Altera a Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, para acrescentar o Art. 2º A, dispondo sobre a nomeação para cargo em comissão de Pró-Reitor nas Instituições Federais de Ensino Superior, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Art. 2º-A Poderão ser nomeados para os cargos comissionados de Pró-Reitor ou de Diretores de Institutos, nas Instituições Federais de Ensino Superior, os servidores ocupantes de cargo do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal ou ocupantes de cargo efetivo de nível superior integrante do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de cinco anos de efetivo exercício em Instituição Federal de Ensino Superior.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por objetivo garantir o respeito maior a um dos princípios basilares da Constituição Federal que assim preconiza: - “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, (art. 5º da CF)”.

Ao apresentar esta proposição legislativa, onde a intenção maior é a assegurar o direito do servidor técnico administrativo integrante do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, vir a poder ser nomeado Pró-Reitor e/ou Diretor de Instituto e, desta forma pacificar

um entendimento que, por ainda não estar claramente explicitado na legislação vigente, vem ocasionando, em alguns Centros Universitários um entendimento da não possibilidade de assim poder acontecer.

A Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, que alterou dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários, incumbiu-se da preciosidade da informação que o Reitor e Vice-Reitor seriam nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor.

Já para os casos de diretores de unidades universitárias, haveria também as necessidades dos atendimentos às exigências estatuídas para reitores e vice.

Ocorre que, essas preocupações terminaram nos cargos aqui elencados:- reitor, vice e diretores de unidades universitárias, não havendo o disciplinamento estatutário para as situações de pró-reitorias ou até diretorias de Institutos.

Como naturalmente é o entendimento de que o que não está disciplinado claramente na legislação, não se deve pensar em disciplinar de modo produzir entendimentos conflituosos, tornou-se quase normal, na maioria dessas organizações, que os cargos de diretores de institutos e pró-reitores também se incluem no rol, daquelas que só podem ser exercidas por docentes.

Esta proposição visa incluir no corpo da lei vigente, o registro da possibilidade de, no caso de pró-reitorias e diretorias de institutos, o escolhido e nomeado para o exercício dessas atribuições também ser um servidor ocupante de cargo efetivo de nível superior do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE, detentor de todas as qualificações necessárias para o desempenho das atribuições de uma determinada pró-reitoria ou diretoria. Hoje nas instituições federais de ensino, muitos dos servidores técnico-administrativos dessas titulações, são detentores das titulações de mestrado e doutorado.

Há de se observar que, no artigo 11, parágrafo 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, responsável pela criação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, está pacificado o entendimento da utilização da meritocracia, ao ratificar que, nos institutos federais, compostos de reitoria e pró-reitorias, essas pró-reitorias poderiam ser exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em Instituição Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

O porquê não poder, neste momento, pensar em promover um tratamento isonômico, para situações isonômicas, e, desta forma, garantir o respeito aos direitos constitucionais para todos aqueles que são considerados iguais, nesse universo das Universidades Federais que integram a denominação maior de Instituições Federais de Ensino Superior.

Por conclusão, à vista de tudo aqui exposto em relação à possibilidade de estarmos aprovando mais um procedimento que visa à melhoria do tratamento dispensado a todos servidores ocupantes de cargo efetivo de uma Instituição Federal de Ensino, são os motivos mais que bastantes para que possa propor a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de outubro de 2012.

Deputada Andreia Zito
PSDB/RJ